

As explicações do governo para a implantação do pacote

I. Considerações gerais.
A política econômica brasileira, nos anos mais recentes, tem-se orientado no sentido de consolidar o processo de ajustamento interno às condições adversas da conjuntura econômica internacional.

Nesse contexto, e coerente com a estratégia traçada desde o início deste governo, a política econômica continua a estimular prioritariamente os setores agropecuário, energético e de exportações.

O principal obstáculo ao nosso crescimento tem sido o desequilíbrio do balanço de pagamentos, agravado, nos últimos dois anos, por fatores externos bastante conhecidos.

Na tentativa de sanear as contas externas, concebeu-se, ao longo dos últimos anos, um conjunto de medidas cujos resultados têm sido bastante satisfatórios, principalmente se considerado o cenário desfavorável da economia mundial.

Em 1980, mesmo com o desproporcional aumento dos preços do petróleo importado, o desempenho excelente das exportações evitou que o déficit comercial se ampliasse com relação ao verificado em 1979 (US\$ 2,8 bilhões).

Em 1981, registrou-se expressivo superávit da balança comercial (US\$ 1,2 bilhão), a despeito da queda de 7,4% nos preços médios de nossas exportações e do acréscimo de 13,2% nos preços das importações.

Já em 1982, as exportações globais totalizaram US\$ 20,2 bilhões, contra US\$ 19,4 bilhões das importações, proporcionando, portanto, um superávit da ordem de US\$ 800,0 milhões, bastante significativo, aliás, se considerados o acentuado declínio dos preços internacionais de nossos produtos, as dificuldades vividas por importantes parceiros comerciais e o aumento das práticas protecionistas.

A prioridade conferida ao setor energético é óbvia. A produção

doméstica de energia constitui — juntamente com as exportações e a agricultura — esforço prioritário dentro da estratégia governamental de reduzir a dependência externa.

Quando, ao final de 1979, o Brasil se dispôs a atingir uma produção interna de 500 mil barris diárias, poucos acreditaram nesta possibilidade. No entanto, a produção já atingiu 330 mil e deverá chegar aos 400 mil barris até o final do ano.

Paralelamente, como fruto de uma política de preços realista, o consumo de combustível vem caindo, com substituição por fontes alternativas domésticas. Diminuiu, com isso, a participação do petróleo no balanço de pagamentos.

Dentro desse processo de substituição, há que se destacar o Proálcool, cuja produção já equivalia, em 1982, a 63 mil barris/dia de petróleo. Com os investimentos já efetivados, está garantido o objetivo de substituir, em 1985, o equivalente a 118 mil barris/dia de petróleo.

Com relação ao carvão, o êxito do programa não deixa margem a dúvidas. É certo que este ano se atingirá produção duas vezes maior que a de 1979.

O mesmo ocorreu com a energia elétrica, cuja produção este ano superará em 40% a de 1979. Simultaneamente aos investimentos em curso (Tucurui, Itaipu, etc.), o governo vem investindo fortemente na criação de redes de distribuição e transmissão de energia, além de garantir a substituição de óleo combustível por energia elétrica.

Somados estes e outros programas de substituição de energia, a importação líquida de petróleo terá baixado de 997 mil barris/dia em 1979, para 570 mil barris/dia em 1982.

A agricultura constitui outra prioridade permanente do gover-

no. O crescimento desse setor tem possibilitado a eliminação, tão rapidamente quanto possível, da escassez de alimentos, a geração de excedentes exportáveis e a substituição de importações.

Os resultados têm sido encorajadores. No seu conjunto, as lavouras cresceram a uma média de 6,2% ao ano, desde 1979 até o corrente ano — taxa esta bem superior à média histórica do setor (3,8%).

As principais lavouras de exportação cresceram significativamente no período: cacau, 3%; soja, 10%; café, 3,6%; laranja, 8,3%. Nas lavouras de substituição de importação, destaca-se a evolução da cana-de-açúcar, com crescimento médio anual de 11%. Para o consumo interno, os três principais itens do consumo diário brasileiro — arroz, feijão e milho — cresceram a taxas médias de 5,7%, 7,3% e 10,9%, bem acima, portanto, do crescimento do consumo.

O último indicador disponível para a evolução global das lavouras (março de 1983) mostra um crescimento de 13,2%. Subtraindo-se a produção cafeeira deste cômputo, a previsão de evolução das lavouras é de aproximadamente 7%.

Estes números demonstram o acerto da política econômica adotada nestes últimos quatro anos.

No entanto, já a partir do segundo semestre do ano passado, era notório o agravamento da crise financeira vivida particularmente pelos países em desenvolvimento. O clímax da crise foi atingido em setembro daquele ano, quando países da América Latina se viram na impossibilidade de saldar seus pagamentos externos. Concomitantemente, houve uma paralisação completa dos fluxos de capital para os países em desenvolvimento.

Como é do conhecimento de toda a sociedade, a crise internacional motivou a redução significativa do financiamento externo ao

Brasil e, por consequência, a necessidade de um programa de estabilização econômica.

A primeira tarefa desse programa consistiu na fixação de superávit comercial compatível com o ingresso esperado de recursos externos. O déficit em transações correntes estará limitado a US\$ 6,9 bilhões, contra US\$ 14,5 bilhões em 1982. Dada a rigidez da pauta de serviços, tal redução só será alcançável se se conseguir obter um saldo comercial de US\$ 6,0 bilhões.

Constatou-se, desde o início, certo ceticismo quanto ao atingimento desta meta. Porém, os resultados até agora obtidos indicam a possibilidade concreta de alcance desse objetivo. Até maio, registrou-se um superávit acumulado da balança comercial de US\$ 2,0 bilhões, apesar do desempenho mais fraco do início do ano.

A balança comercial passou a registrar saldos crescentemente superavitários — notadamente após a maxidesvalorização de 30% da taxa de câmbio —, até atingir, em maio, o superávit de US\$ 660 milhões.

Esse programa de estabilização, para ser bem-sucedido, exigiu a adoção de uma estratégia paralela de ajustamento interno.

O desequilíbrio interno, contudo, permaneceu ao longo dos primeiros meses do ano. Sinais evidentes nesse sentido têm sido observados por toda a sociedade, notadamente na aceleração da inflação e na persistência de taxas de juros elevadas.

A origem desse desequilíbrio continuou sendo o déficit público, cuja tendência nos primeiros meses mostrou-se incompatível com a meta de redução real prevista para o ano. A persistência do elevado déficit acarretou, por sua vez, dificuldades ao cumprimento das metas de política monetária.

A permanência desse quadro poderia vir a comprometer irremediavelmente a programação econômica, e, inclusive, prejudicar o desempenho do setor externo da economia, circunstância que evidenciou a necessidade urgente de correções importantes, que atingissem as causas do déficit público.

Nesse sentido, as principais alterações ora introduzidas na política econômica objetivam reduzir o déficit através de:

a) redução significativa do subsídio implícito ao crédito;

b) redução dos gastos estatais;

c) redução dos subsídios ao consumo de alguns produtos, como trigo e derivados do petróleo.

Avalia-se que essas medidas poderão restabelecer a meta de redução do déficit público para algo próximo a 3,5% do PIB de 1983, já que deverão resultar em economia líquida no setor público — seja por redução de gastos; seja por elevação de receitas — equivalente a cerca de 2% do PIB. A persistir a tendência observada até agora, o déficit público, ao final do ano, poderia situar-se ainda em torno de 5,5% do PIB, ou seja, praticamente a mesma proporção observada em 1982, sem qualquer redução real, o que seria incompatível com o programa de estabilização econômica.

Tabela 1
Evolução da produção das lavouras (1979/83)

Especificação	Taxa de crescimento (média anual, em %)	Índice 1983 (1978-100,0)
Lavouras	6,2	135,0
Principais lavouras de exportação		
- Cacau	2,9 (1)	112,1 (1)
- Café	3,6	119,3
- Fumo	2,7	114,2
- Laranja	8,3	150,0
- Soja	10,0	161,0
Principais lavouras substitutivas de importação		
- Cana-de-açúcar	10,6	165,5
- Trigo	0,0	100,0
Principais lavouras para consumo interno		
- Arroz	5,7	131,9
- Feijão	7,3 (1)	132,6 (1)
- Mandioca	-1,0	94,9
- Milho	10,9	167,7

Fonte: FGV e Seplan/PR Nota: (1) Período 79/82

Tabela 2
Consumo, importação líquida e produção nacional de petróleo

Ano	Produção	Consumo	Importação líquida
1978	166	1.068	870
1979	171	1.112	997
1980	188	1.086	877
1981	220	1.052	776
1982	267	1.017	736
1983	360	930	570

Fonte: MME/Análise dos Programas de Energia e Minas

Tabela 3

Período	Comércio exterior do Brasil	Saldo (1)-(2)
	Exportação (1)	Importação (2)
1979	15.244	18.084
1980	20.132	22.955
1981	20.293	22.901
1982	20.105	19.397
jan-mai/83	(+8.434	6.319
	(+)	2.115

(+) Estimativa preliminar.